

RECURSO ESPECIAL Nº 1.802.743 - MG (2019/0069248-6)

RELATOR : **MINISTRO RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA**
RECORRENTE : ISRAEL MARCELO BARBOSA
ADVOGADOS : GISELE GONÇALVES ARAUJO - MG140874
GERALDO AMAZAM DE ARAUJO - MG039421N
RECORRIDO : ROGÉRIO LOPES FERREIRA
ADVOGADOS : MARIANA GUIMARAES COELHO - MG099155
ADRIANO FERREIRA JARDIM - MG140866

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto por ISRAEL MARCELO BARBOSA, fundamentado no art. 105, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal, impugnando acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, assim ementado:

"AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS. VEÍCULO ARREMATADO EM LEILÃO. VÍCIOS OCULTOS. ILEGITIMIDADE PASSIVA DO LEILOEIRO. A legitimidade para a causa consiste na aptidão específica de ser parte, autor ou ré, em uma demanda em face da existência de uma relação jurídica de direito material. Tendo em vista que o leiloeiro não participou da relação jurídica material, atuando apenas como mero mandatário do vendedor, patente é a sua ilegitimidade para figurar no polo passivo da ação na qual o arrematante pretende ser ressarcido pelos danos causados em razão da existência de vícios ocultos no bem leiloado" (fl. 230 e-STJ)

O recorrente sustenta, em síntese, violação dos arts. 3º e 7º do Código de Defesa do Consumidor, 442, 653, 667, 693 e 694 do Código Civil. Alega que o leiloeiro é responsável solidário pelo vício do produto.

Recurso respondido e admitido.

É o relatório.

DECIDO.

O acórdão impugnado pelo recurso especial foi publicado na vigência do Código de Processo Civil de 2015 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).

A irresignação não merece prosperar.

O acórdão recorrido entendeu que o leiloeiro não possui legitimidade passiva, pois *"não participou da relação jurídica material, atuando apenas como mera mandatária do vendedor, o Banco do Brasil"* (e-STJ fl. 233). Destacou que *"o bem foi adquirido da instituição financeira, não há que se falar em responsabilidade do leiloeiro, que apenas intermediou a venda, cumprindo a contento o seu munus, mormente o autor alegar a existência de vícios ocultos e não a falta de entrega da documentação do bem leiloado"* (e-STJ fl. 235). Por fim, constata que *"sequer há indícios que o réu tinha conhecimento das referidas irregularidades,*

as quais somente foram detectadas quando o autor levou o veículo ao Departamento de Trânsito" (e-STJ fl. 237).

Inicialmente, observa-se que o recorrente não demonstrou de forma clara como a decisão teria violado dispositivos legais ou dado interpretação divergente de outros Tribunais ao tema. Assim, incide na hipótese por analogia a Súmula 284/STF, segundo a qual, *"é inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia"*.

Ademais, o Tribunal de origem entendeu que o leiloeiro desconhecia as irregularidades do bem. Assim, o acolhimento da pretensão recursal, nos termos em que posta, demandaria o reexame de matéria fática e das demais provas constantes dos autos, o que é inviável em recurso especial, consoante óbice da Súmula nº 7/STJ: *"A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial"*.

Ante o exposto, não conheço do recurso especial.

Na origem, os honorários sucumbenciais foram fixados em 12% (doze por cento) sobre o valor da causa, os quais devem ser majorados para o patamar de 15% (quinze por cento) em favor do advogado da parte recorrida, nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil de 2015, observado o benefício da gratuidade da justiça, se for o caso.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília(DF), 22 de março de 2019.

Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA
Relator